

# Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda.

(anteriormente denominada Atlas Luiz  
Carlos Holding 2 LTDA.)

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de  
2025**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da**

**Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda.**

**São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda. (“Empresa”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025			2025	2024	2025
Caixa e equivalente de caixa	8	67	4	19.975	Fornecedores	15	65	2	99.931
Contas a receber	9	-	-	159.847	Obrigações fiscais		-	-	2.129
Impostos a recuperar		1	-	174	Imposto de renda e Contribuição social	22	-	-	25
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		49	-	1.237	Outras contas a pagar	15	7	8	4.920
Adiantamento a fornecedores	10	8	-	14.836	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	63.676
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.954	Passivo de arrendamento	12	-	-	2.265
Outras contas a receber		-	-	896					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>125</b>	<b>4</b>	<b>198.919</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>72</b>	<b>10</b>	<b>172.946</b>
Investimentos	11	73.050	-	-	Passivo de arrendamento	12	-	-	3.691
Direito de uso	12	-	-	5.420					
Imobilizado	13	-	-	7.328	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.691</b>
Intangível	14	-	-	38.074					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>73.050</b>	<b>-</b>	<b>50.822</b>	<b>Patrimônio líquido</b>				
					Capital Social	17	233.177	21	233.177
					Prejuízos Acumulados		(160.074)	(27)	(160.073)
					<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>73.103</b>	<b>(6)</b>	<b>73.104</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>73.175</b>	<b>4</b>	<b>249.741</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>73.175</b>	<b>4</b>	<b>249.741</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
Receita Operacional Líquida	18	-	-	430.813
Custos de operação	19	-	-	(395.615)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.198</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	20	(52)	(12)	(171.054)
Outras receitas e despesas operacionais	20	(5)	-	(17.033)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(57)</b>	<b>(12)</b>	<b>(152.889)</b>
Receitas financeiras	21	559	-	2.109
Despesas financeiras	21	(122)	(1)	(9.144)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>437</b>	<b>(1)</b>	<b>(7.035)</b>
Equivalência patrimonial	11	(160.330)	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(159.950)</b>	<b>(13)</b>	<b>(159.924)</b>
Imposto de renda e Contribuição social	22	(97)	-	(122)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(160.047)</b>	<b>(13)</b>	<b>(160.046)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Energia Renovavel do Brasil Holding Ltda

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u><b>(160.047)</b></u>	<u><b>(13)</b></u>	<u><b>(160.046)</b></u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>(160.047)</b></u>	<u><b>(13)</b></u>	<u><b>(160.046)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Atlas Energia Renovavel do Brasil Holding Ltda**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	<b>Nota</b>	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1</b>	<b>(14)</b>	<b>(13)</b>
Subscrição e integralização de capital	17.a	20	-	20
Prejuízo do exercício		-	(13)	(13)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>21</b>	<b>(27)</b>	<b>(6)</b>
Integralização de capital	17.a	233.156	-	233.156
Prejuízo do exercício		-	(160.047)	(160.047)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>233.177</b>	<b>(160.074)</b>	<b>73.103</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(159.950)	(13)	(159.924)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>				
Depreciação	13	-	-	2.107
Amortização do direito de uso	12	-	-	2.211
Resultado de equivalência patrimonial	11	160.330	-	-
Baixa de intangível	14	-	-	16.692
Baixa de imobilizado	13	-	-	320
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	929
		<b>380</b>	<b>(13)</b>	<b>(137.665)</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>				
Contas a receber		-	1	(96.697)
Impostos a recuperar		(1)	-	22
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(39)	-	(349)
Outras contas a receber		-	-	191
Adiantamento a fornecedores		(8)	-	(14.047)
Despesas pagas antecipadamente		-	-	(1.945)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores		63	2	78.022
Obrigações fiscais		-	-	1.194
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	17.875
Outras contas a pagar		(1)	(6)	4.914
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>394</b>	<b>(16)</b>	<b>(148.485)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	22	(97)	-	(97)
Pagamento de juros de arrendamento	12	-	-	(929)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>297</b>	<b>(16)</b>	<b>(149.511)</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento</b>				
Caixa proveniente de reorganização societária	1.2	-	-	1.563
Aumento de capital em investida	11	(177.756)	-	-
Aquisição de ativo intangível	12	-	-	(5.991)
Aquisição de ativo imobilizado		-	-	(1.631)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(177.756)</b>	<b>-</b>	<b>(6.059)</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de arrendamento	12	-	-	(1.977)
Integralização de capital	17	177.522	20	177.522
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>177.522</b>	<b>20</b>	<b>175.545</b>
<b>Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>63</b>	<b>4</b>	<b>19.975</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		67	4	19.975
		<b>63</b>	<b>4</b>	<b>19.975</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

### **1 Contexto operacional**

A Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda (anteriormente denominada Atlas Luiz Carlos Holding 2 Ltda.), (“Empresa”) é uma Holding, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Andar 7, bairro Cidade Monções, CEP: 04571.900, na cidade de São Paulo no estado de São Paulo. Mediante reorganização societária realizada em 31 de janeiro de 2025, as quotas da Empresa passaram a pertencer a sua atual controladora direta é a GIP Helios II S.A (anteriormente Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. com participação de 100% do capital social da Empresa.

A Empresa foi constituída em 25 de outubro de 2023 e tem como objeto social (i) o desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica a partir de diversas fontes; (ii) a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, atuando como o holding de instituições não financeiras; e (iii) comercialização e intermediação de negócios em geral relacionadas à comercialização de energia elétrica proveniente (mas não limitado) das geradoras do Grupo Atlas, (iv) a participação em empreendimentos comerciais e industriais, seja no Brasil e/ou no exterior.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Empresa abrangem a Empresa e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’).

O Grupo tem como objeto social (i) o desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica a partir de diversas fontes; (ii) a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, atuando como o holding de instituições não financeiras; e (iii) comercialização e intermediação de negócios em geral relacionadas à comercialização de energia elétrica proveniente (mas não limitado) das geradoras do Grupo Atlas.

#### **1.1 Drop down e aquisição de ativos - participação societária**

##### **a) Drop down - Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.**

Em janeiro de 2025 a Empresa recebeu mediante *drop down* da Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. a titularidade das ações do capital social da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A, tornando-se controladora do ativo recebido no valor de R\$ 55.514 equivalente ao patrimônio líquido da controlada na data base de 31 de dezembro de 2024.

**Atlas Brasil Comercializadora  
de Energia Ltda.**

**Balancos Patrimoniais**  
**Exercício findo em 31 de janeiro**  
**de 2025**

*(Em milhares de reais)*

<b>Ativo</b>	<b>2024</b>	<b>Passivo</b>	<b>2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.569	Fornecedores	21.907
Contas a receber	63.046	Obrigações sociais e trabalhistas	45.801
IRPJ e CSLL a recuperar	878	Obrigações fiscais	935
Impostos a recuperar	193	Passivo de arrendamentos	1.999
Adiantamento a fornecedores	789	Outras contas a pagar	16
Despesas antecipadas	9		
Outras contas a receber	442	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>70.658</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>66.886</b>	Passivo de arrendamentos	5.779
Outras contas a receber	645	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.779</b>
Ativo de direito de uso	7.447		
Imobilizado	56.798	<b>Patrimônio líquido</b>	
Intangível	101	Capital social	223.592
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>64.991</b>	Prejuízos acumulados	(168.152)
		<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>55.440</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>131.877</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>131.877</b>

**b) Aquisição - Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.**

Em novembro de 2025 a Empresa adquiriu da Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A., por valor de livro, a totalidade das quotas do capital social da Atlas Energia Renovável do Brasil Serviços Ltda (anteriormente denominada Catarina 5 Energia SPE Ltda, tornando-se controladora da ativo recebido mediante valor acordado de R\$ 64 referente ao patrimônio líquido da controlada na data base de 31 de outubro de 2025.

**Atlas Energia Renovável do Brasil**  
**Serviços Ltda**

**Balanço Patrimonial**  
**Período findo em 31 de outubro de**  
**2025**

*(Em milhares de reais)*

<b>Ativo</b>	<b>31/10/2025</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/10/2025</b>
Caixa e equivalentes de caixa	34	Fornecedores	2
Impostos a recuperar	3		
	<hr/>	<b>Total do passivo circulante</b>	<hr/> <b>2</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<hr/> <b>37</b>		
Imobilizado em andamento	39	<b>Patrimônio líquido</b>	
	<hr/>	Capital social	105
<b>Total do ativo não circulante</b>	<hr/> <b>39</b>	Prejuízos acumulados	(31)
		<b>Total do patrimônio líquido</b>	<hr/> <b>74</b>
<b>Total do ativo</b>	<hr/> <b>76</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<hr/> <b>76</b>

## 2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Empresa:

<b>Controladas</b>	<b>País</b>	<b>Participação</b>	<b>Participação acionária %</b>	
			<b>2025</b>	<b>2024</b>
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S. A.	Brasil	Direta	100%	-
Atlas Energia Renovável do Brasil Serviços Ltda	Brasil	Direta	100%	-

## 3 Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 31 de Março de 2026.

### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurado ao valor justo por meio do resultado.
- Hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

## **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **5 Uso de estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração.
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 13:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Intangível - nota explicativa nº 14:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº22:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

## **6 Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a. Base de consolidação** *Controladas*

A Empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

### ***Perda de controle***

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, A Empresa desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Empresa retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

### ***Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial***

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

### ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## **b. Receita de contrato com cliente**

### **Reconhecimento de receita**

As receitas são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de qualquer contraprestação variável. A receita é reconhecida mensalmente e quando há evidências convincentes de que houve:

- identificação dos direitos e obrigações no contrato com o cliente.
- identificação das obrigações de desempenho no contrato.
- determinação do preço para cada tipo de transação.
- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estabelecidas no contrato;
- cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas no contrato, seja dentro de um período específico ou ao longo da vigência do contrato. A receita não é reconhecida se houver incertezas significativas quanto à sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração são apresentados abaixo:

(i) Contrato de energia de reserva: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e nos preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

(ii) Mercado de curto prazo: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando a energia é produzida. A negociação é realizada no âmbito da CCEE, correspondendo à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

***Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões.

***Regime de tributação pelo lucro presumido – Demais controladas***

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos

impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**e. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**f. Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de empréstimos capitalizados, líquidos de depreciação acumulada e perda do valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

***Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.

***Depreciação***

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**g. Instrumentos financeiros**

***Reconhecimento e mensuração inicial***

As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### ***Classificação e mensuração subsequente***

#### ***(a) Ativos Financeiros***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).
- ao VJORA (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### ***(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

***(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo

e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### ***Desreconhecimento***

#### ***(e) Ativos financeiros***

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### ***(f) Passivos financeiros***

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### ***h. Redução ao valor recuperável (Impairment)***

##### ***Ativos financeiros não-derivativos***

##### ***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ativos contratuais.

O Grupo mensura a provisão para perdas em contas a receber e ativos contratuais em um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vida útil, exceto para depósitos bancários com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados com base na perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- Os ativos financeiros são considerados em default pelo Grupo quando é extremamente improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo sem que seja necessário recorrer a ações como a realização de garantias (se houver).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

#### **Mensuração das perdas de crédito esperada**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado estão enfrentando problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta "problemas de recuperação" quando um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorrem.

Evidências de que um ativo financeiro está comprometido por crédito incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou tomador.
- violação de convenções, como inadimplência ou pagamentos em atraso.
- é provável que o devedor entre em falência ou em outra reestruturação financeira; ou
- desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras.

#### **Apresentação da provisão para perdas esperadas com crédito no balanço patrimonial**

A provisão para perdas em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **Baixas**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem uma expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro total ou parcialmente. No entanto, os ativos financeiros baixados ainda podem estar sujeitos à cobrança de crédito, em conformidade com os procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

#### ***Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**i. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

**j. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as

transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações**

### ***(a) Normas contábeis***

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

#### **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

## **b) Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

### ***(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras***

#### **Introdução:**

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Empresa. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Empresa.

#### **Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:**

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

#### **Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:**

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Empresa a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Empresa e investidas, bem como impactar

suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.

- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Empresa e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** A Empresa e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Empresa e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

#### **Medidas Adotadas e Próximos Passos:**

A Empresa está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements – PPAs), a Empresa conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários (a)	67	4	2.462	-
Aplicações financeiras curto prazo (b)	-	-	17.513	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>67</u></b>	<b><u>4</u></b>	<b><u>19.975</u></b>	<b><u>-</u></b>

- (a) Refere-se a depósitos bancários em conta corrente.  
(b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação em média de 97% do CDI em 31 de dezembro de 2025, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

## 9 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber de clientes – ACL (a)	10.233	-
Outras contas a receber (b)	84.961	-
Contas a receber de partes relacionadas (c)	64.653	-
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b><u>159.847</u></b>	<b><u>-</u></b>

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), mediante compra e venda de energia das empresas do Grupo Atlas e demais empresas, conforme nota explicativa nº 1.  
(b) O montante refere-se a custos de desenvolvimento incorridos pela Empresa aos quais serão posteriormente distribuídos entre as Empresas do grupo as quais irão ressarcir a Empresa.  
(c) Conforme nota explicativa nº 23.

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante a título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os seus títulos.

## 10 Adiantamento a fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamento a fornecedores (i)	8	-	14.836	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>8</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>14.836</u></b>	<b><u>-</u></b>

- (i) A maior parte desta rubrica se refere a um pagamento realizado junto a parte relacionada Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A, no montante de R\$ 10.738. Demais valores, referem-se a adiantamento a fornecedores de energia.

## 11 Investimento em controladas

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S. A	100%	73.012	(160.304)	73.012
Atlas Energia Renovável do Brasil Serviços Ltda	100%	38	(26)	38
<b>Total</b>		<b>73.050</b>	<b>(160.329)</b>	<b>73.050</b>

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2024	Aumento de capital em controladas	Reorganização societária (a)	Equivalência patrimonial	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A	-	177.756	55.540	(160.304)	73.012
Atlas Energia Renovável do Brasil Serviços Ltda	-	-	74	(25)	38
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>177.756</b>	<b>55.634</b>	<b>(160.330)</b>	<b>73.050</b>

(a) Conforme nota explicativa nº 1.2

A seguir é demonstrado o resumo das controladas:

31/12/2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas Brasil Comercializadora De Energia S.A	249.259	176.247	73.012	(160.304)
Atlas Energia Renovável Do Brasil Serviços Ltda	347	309	38	(26)

## 12 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Reorganização societária (a)	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	7.631	(2.211)	5.420
<b>Total do ativo</b>	-	<b>7.631</b>	<b>(2.211)</b>	<b>5.420</b>

(b) Conforme nota explicativa 1.2

Composição consolidada dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
<b>Passivo de arrendamento</b>	5.956	-
<b>Total</b>	<b>5.956</b>	-
Circulante	2.265	-
Não circulante	3.691	-

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da

	<u>Valor líquido em 31/12/2024</u>	<u>Reorganização</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2025</u>
<b>Passivo de arrendamento</b>						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	7.933	(1.977)	(929)	929	5.956
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>7.933</u>	<u>(1.977)</u>	<u>(929)</u>	<u>929</u>	<u>5.956</u>

Empresas, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 12,75% a.a.

## 13 Imobilizado

### a. Conciliação do valor contábil consolidado

<b>Custo de aquisição:</b>	<u>31/12/2024</u>	<u>Reorganização (a)</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2025</u>
Imobilizado em andamento (i)	-	5.272	-	(4.867)	(320)	85
Benfeitorias	-	4.865	1.370	-	-	11.102
Equipamentos de Informática	-	180	261	4.867	-	441
<b>Total do imobilizado</b>	<u>-</u>	<u>10.317</u>	<u>1.631</u>	<u>-</u>	<u>(320)</u>	<u>11.628</u>

  

<b>Depreciação acumulada:</b>	<u>31/12/2024</u>	<u>Reorganização (a)</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>
Benfeitorias	-	(2.134)	(2.028)	-	-	(4.162)
Equipamento de informática	-	(59)	(79)	-	-	(138)
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<u>-</u>	<u>(2.105)</u>	<u>(2.107)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.300)</u>

  

<b>Total do imobilizado</b>	<u>-</u>	<u>8.124</u>	<u>(476)</u>	<u>-</u>	<u>(320)</u>	<u>7.328</u>
-----------------------------	----------	--------------	--------------	----------	--------------	--------------

(i) Refere-se a imobilizado em andamento para implementação do parque fotovoltaico.

(a) Conforme nota explicativa nº 1.2

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Empresa não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2025.

## 14 Intangível

A Empresa promove o desenvolvimento de novos negócios relacionadas a geração e comercialização de energia elétrica. Por este motivo, os gastos inerentes a estes projetos são classificados como ativos intangíveis.

Custo de aquisição:	2024	Reorganização (a)	Adição (c)	Baixas (b)	2025
Projetos em desenvolvimento	-	48.775	5.991	(16.692)	38.074
<b>Total do imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>48.775</b>	<b>5.991</b>	<b>(16.692)</b>	<b>38.074</b>

(a) Conforme nota explicativa nº 1.2

(b) A Empresa procedeu com a baixa de parte de seus projetos em desenvolvimento, por entender que tais ativos não possuem mais capacidade para geração de fluxo de caixa futuro.

(c) Refere-se a gastos com desenvolvimento de projetos

## 15 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores é representado por provisões de serviços de contabilidade e auditoria.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compra de energia (a)	-	-	61.691	-
Contratação de serviços	-	2	4.951	-
Fornecedor partes relacionadas (b)	65	-	33.289	-
<b>Total fornecedores</b>	<b>65</b>	<b>2</b>	<b>99.931</b>	<b>-</b>
Outras provisões (c)	7	8	4.920	-
<b>Outras provisões com serviços</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>4.920</b>	<b>-</b>
<b>Total fornecedores e outras provisões com serviços</b>	<b>72</b>	<b>10</b>	<b>104.851</b>	<b>-</b>

(a) Compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(b) Conforme nota explicativa 23

(c) Refere-se a outros serviços a faturar

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24.

## 16 Obrigações trabalhistas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidador</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Provisão para bônus (i)	-	-	47.210	-
Provisão para férias e encargos	-	-	11.528	-
Encargos trabalhistas	-	-	4.938	-
<b>Total de Obrigações trabalhistas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.676</b>	<b>-</b>

(i) A provisão de bônus aos funcionários é definida de acordo com métricas individuais definidas pelo Grupo.

## 17 Patrimônio líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$ 233.177 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2024), representado por 233.177 quotas (21 em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa realizou a integralização de capital social, decorrente de alterações contratuais, no montante de R\$ 233.156 (R\$20 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$ 177.992 foi realizado mediante transferência bancária e R\$ 55.185 mediante reorganização societária, conforme nota explicativa nº 1.2.

## 18 Receita operacional líquida

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita contrato de energia (ACL)	-	-	384.702	-
Receita de energia partes relacionadas (a)	-	-	89.318	-
Outras receitas	-	-	938	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>474.958</b>	<b>-</b>
Impostos sobre venda	-	-	(44.145)	-
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>430.813</b>	<b>-</b>

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa 23.

## 19 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Custos do serviço de energia elétrica</b>				
Compra de energia para revenda	-	-	(307.607)	-
Compra de energia de partes relacionadas (a)	-	-	(83.492)	-
Depreciação e amortização	-	-	(4.318)	-
Operação e manutenção	-	-	449	-
Compromissos sociais e ambientais	-	-	(23)	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica	-	-	(53)	-
Custos de locação de terras	-	-	(30)	-
Seguros	-	-	(7)	-
Serviços técnicos	-	-	(453)	-
Custo de aporte em garantia	-	-	(81)	-
<b>Total</b>	-	-	<b>(395.615)</b>	-
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Despesas com pessoal	-	-	(122.137)	-
Contabilidade e auditoria (b)	(23)	(12)	(499)	-
Assessoria e advogados (b)	(8)	-	(12.983)	-
Serviços técnicos	-	-	(4.796)	-
Despesas com aluguel e condomínio	-	-	(1.805)	-
Impostos e taxas	(21)	-	(829)	-
Despesas consumo escritório	-	-	(734)	-
Eventos corporativos	-	-	(2.357)	-
Despesas de propaganda e publicidade	-	-	(1.318)	-
Licenças e despesas regulatórias	-	-	(9.611)	-
Aluguel de equipamentos de escritório	-	-	(1.754)	-
Outras despesas	-	-	(32)	-
Despesas de informática	-	-	(3.218)	-
Despesas com viagens	-	-	(8.981)	-
<b>Total</b>	<b>(52)</b>	<b>(12)</b>	<b>(171.054)</b>	-

(a) Conforme nota explicativa nº23

(b) As despesas com serviços são relativas a gastos com auditoria, advocacia, contabilidade e demais consultorias

## 20 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Baixa de imobilizado (a)	(5)	-	(320)	-
Baixa de intangível (b)	-	-	(16.692)	-
Outras despesas operacionais	-	-	(21)	-
<b>Total</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>(17.033)</b>	<b>-</b>

(a) Conforme nota explicativa nº 13

(b) Conforme nota explicativa nº 14

## 21 Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receita financeira</b>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	559	-	2.106	-
Varição cambial ativa	-	-	3	-
	<b>559</b>		<b>2.109</b>	
<b>Despesa financeira</b>				
Despesas bancárias	(122)	-	(274)	-
Carta de crédito	-	-	(3.211)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(929)	-
Varição cambial passiva	-	-	(4.730)	-
	<b>(122)</b>		<b>(9.144)</b>	
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>437</b>		<b>(7.035)</b>	

## 22 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

**a. Valores reconhecidos no resultado do exercício – corrente**

	<u>Controladora</u>
	<u>2025</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(160.046)
Adições (exclusões):	
Resultado de equivalência patrimonial	160.420
<b>Resultado fiscal ajustado – após ajustes das adições e exclusões</b>	<b>374</b>
Compensação de prejuízos fiscais	(19)
<b>Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>355</b>
IRPJ a Recolher no Ano - 15%	(53)
Adic. IRPJ a Recolher no Ano - 10%	(12)
<b>Total IRPJ a Recolher</b>	<b>(65)</b>
CSLL a Recolher no Ano - 9%	(32)
Total CSLL a Recolher	(32)
<b>Total IRPJ e CSLL a Recolher</b>	<b>(97)</b>
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	

**b. Apuração pelo Lucro Presumido**

	<b>Consolidado</b>
	<b>2025</b>
Receita bruta (a)	285
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	23
Presunção da contribuição social – 12% (c)	34
Demais receitas – (d)	68
	91
<b>Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)</b>	(14)
Imposto de renda a alíquota de 15%	(3)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	
<b>Total imposto de renda</b>	<b>(81)</b>
<b>Base de cálculo da CSLL (c) + (d)</b>	<b>102</b>
<b>Total contribuição social a alíquota de 9%</b>	<b>(41)</b>
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(122)</b>
<b>Alíquota efetiva (*)</b>	

(\*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

O imposto de renda e contribuições social consolidado é representado pelo valor reconhecido pela controladora no montante de R\$ 25 (R\$ 0 em 2024) e o valor do imposto de renda e contribuição social incidente nas controladas no montante de R\$ 0 (R\$ 0 em 2024), totalizando o valor consolidado de R\$ 25 (R\$ 0 em 2024).

## **23 Partes relacionadas**

**a. Controladora e controladora final**

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. e o controlador final é GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

**b. Remuneração do pessoal chave da Administração**

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício de 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A no montante de R\$ 3.617.

**c. Operações com partes relacionadas**

	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a Pagar</u>	<u>Receita / (Despesa)</u> <u>(a)</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<i>(i) Operações intercompany - Nacional</i>			
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda	-	-	112
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda	-	-	112
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda	-	-	112
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda	-	-	112
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	-	-	312
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	132
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia Ltda	4	-	47
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	30	-	198
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	-	-	182
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	-	-	182
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	14	-	182
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	210
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE LTDA	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE LTDA	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE LTDA	-	-	312
Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE LTDA	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE LTDA	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE LTDA	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE LTDA	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE LTDA	1.494	-	-
Vista Alegre VII Energia SPE Ltda.	-	-	181

**Atlas Luiz Carlos Holding 2 Ltda.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2025 e 2024*

Vista Alegre I Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre II Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre III Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre IV Energia SPE Ltda	-	-	166
Vista Alegre V Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre VI Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre IX Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre X Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre XI Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre XII Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda	-	-	181
Vista Alegre XV Energia SPE Ltda	30	-	181
Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda	-	-	204
Vista Alegre XVIII Energia SPE Ltda	-	-	204
Vista Alegre XIX Energia SPE Ltda	-	-	204
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	19.812	20.346	(2.220)
Atlas Brasil Energia Holding 4 Ltda	-	-	210
Draco 1 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 2 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 3 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 4 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 5 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 6 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 7 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 8 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 9 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 10 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 11 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
<b>Total</b>	<b>51.272</b>	<b>20.346</b>	<b>5.826</b>

- (a) As receitas e despesas são apresentadas líquidas e referem-se ao total de R\$ 89.318 de receitas conforme nota explicativa nº 18 e R\$ 83.492 conforme nota explicativa nº 19, perfazendo o montante líquido de R\$ 5.826.

	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a Pagar</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b><i>(ii) Operações intercompany - Internacional</i></b>			
Atlas Renewable Energy Chile SpA	-	1.920	-
Javiera SpA	5	-	-
Chungungo S.A.	102	-	-
Estepa Solar SPA	166	-	-
Alhambra Solar SPA	55	-	-
Atlas Energia SpA	1.181	-	-
Atlas Spain HISTORICO	655	3.822	-
Atlas Renewable Energy Mexico S. DE R.L DE CV	132	-	-
Atlas Renewable Energy Servicios S. DE R.L. C.V.	2.980	981	-
La Pimienta Solar S DE R.L. DE C.V	33	-	-
COLIDIM S.A	113	6.220	-
JOLIPARK S.A	77	-	-
Atlas Holding Chile Dos SpA	15	-	-
Hydro Rein Boasorte Holding B.V	7.755	-	3.148
Acierta Energia SpA	17	-	-
Copiapo Energía Solar SpA	2	-	-
Atlas Renewable Energy Colombia SAS	93	-	-
<b>Total</b>	<b>13.381</b>	<b>12.943</b>	<b>3.148</b>
<b>Operação Intercompany (i+ii)</b>	<b>64.653</b>	<b>33.289</b>	<b>8.974</b>

## 24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

		2025 – Controladora		2025 - Controladora	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	67	17.513	2.462
Contas a receber	9	-	-	-	159.847
Ativo direito de uso	12	-	-	-	5.420
Outras contas a receber		-	-	-	896
<b>Total</b>		-	<b>67</b>	17.513	168.625
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	15	-	65	-	99.931
Passivo de arrendamento	12	-	-	-	5.956
Outras contas a pagar	15	-	7	-	4.920
<b>Total</b>		-	<b>72</b>	-	<b>110.807</b>

		2024 – Controladora		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	4	
<b>Total</b>			<b>4</b>	
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	15	-	2	
Outras contas a pagar	15	-	8	
			-	<b>10</b>

		2025 – Controladora		2024 - Controladora	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	67	67	4	4
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	4	4
<b>Total</b>		<b>67</b>	<b>67</b>	4	4
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	65	65	2	2
Outras contas a pagar	Nível 2	7	7	8	8
<b>Total</b>		<b>72</b>	<b>72</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

	Nível hierárquico do valor justo	2025 – Consolidado		2024 – Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	19.975	19.975	-	-
Contas a receber	Nível 1	159.847	159.847	-	-
Ativo direito de uso	Nível 1	5.420	5.420	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	896	896	-	-
<b>Total</b>		<b>186.138</b>	<b>186.138</b>	-	-
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	99.931	99.931	-	-
Passivo de arrendamento	Nível 2	5.956	5.956	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	4.920	4.920	-	-
<b>Total</b>		<b>110.807</b>	<b>110.807</b>	-	-

### **Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

### **k. Gerenciamento de risco financeiro**

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez.

#### ***Estrutura de gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**i. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	67	4	19.975	-
Contas a receber	9	-	-	159.847	-
Outras contas a receber	-	-	-	896	-
<b>Total</b>		<b>67</b>	<b>4</b>	<b>180.718</b>	<b>-</b>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

**Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025

Valor Contábil	Controladora				
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	65	65	-	-	-
Outras contas a pagar	7	7	-	-	-
	<u>72</u>	<u>72</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

31 de dezembro de 2024

Valor Contábil	Controladora				
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	10	10	-	-	-
	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

31 de dezembro de 2025

	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	99.931	99.931	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	5.956	7.051	5.246	1.805	-	-
Outras contas a pagar	4.920	4.920	-	-	-	-
	<b>110.807</b>	<b>110.807</b>	5.246	1.805		

**ii. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**iii. Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

**Análise de sensibilidade**

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (*IFRS 7-Financial Instruments: Disclosures*), a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	31/12/2025	31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%

Controladora		Sensibilidade				
		Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$	$\nabla - 25\%$	$\nabla - 50\%$
	Índice	Saldos em 31/12/2025				
<b>Risco de redução (ativo)</b>						
Aplicações financeiras	CDI	17.513	19.658	2.682	3.218	(2.682)
		(3.218)				(3.218)

(a) *Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus*

## 25 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

## 26 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	2025
Contas a receber	9	(63.046)
IRPJ e CSLL a recuperar		(878)
Impostos a recuperar		(196)
Adiantamento a fornecedores	10	(789)
Despesas antecipadas		(9)
Outras contas a receber		(1.087)
Ativo de direito de uso	12	(7.447)
Imobilizado	13	(8.163)
Intangível	14	(48.775)
Fornecedores	15	21.909
Obrigações sociais e trabalhistas	16	45.801
Obrigações fiscais		935
Passivo de arrendamentos	12	7.778
Outras contas a pagar		16
Capital social	17	223.697
Prejuízos acumulados	17	(168.183)
<b>Caixa proveniente de reorganização societária</b>		<b>1.563</b>

Manoel de Andrade Lira Neto  
Diretor  
CPF: 666.153.054-53

Julio Roberto Baruchi  
Contador  
CRC: 1SP206243/O-5  
CPF: 008.175.478-78

\* \* \*